



Município de Constância

Câmara Municipal

Ata n.º 14/2015

Data da Reunião Ordinária – 2 de julho de 2015

Início da Reunião 15.00 horas

Termo da Reunião 17.30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Presidente: Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

Vereadores: António Luís Fernandes Mendes

Daniel Freire da Encarnação Martins

Natércio Francisco Canelhas Candeias

Arsénio de Oliveira Cristóvão

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenadora Técnica



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 2 de julho de 2015, com início pelas 15.00 horas, é a seguinte: -----

1. EXPEDIENTE -----

1.1 - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - Novo Regime Jurídico do serviço público de transportes de passageiros (Lei 52/2015 de 9 de junho) -----

2. PESSOAL -----

2.1 - Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2015 – ratificação -----

2.2 - Abertura do Procedimento Concursal Comum, para ocupação de posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em Funções Públicas, a candidatos sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado – ratificação -----

3. EDUCAÇÃO E ENSINO -----

3.1 - Joana Rita Reis Vieira - Realização de Estágio (3.12.10) -----

4. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL -----

4.1 - Maria Teresa Viegas Bento - Recálculo de valor da renda -----

5. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

5.1 - Os Quatro Cantos do Cisne - Apoio para a Festa Rural 2015 (7.1.4.2) -----

6. SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES -----

6.1 - Agrupamento de Escolas de Constância - Subsídio para pagamento de transporte -----

7. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

7.1 - Pedido de Parecer Prévio Vinculativo - Execução de Faixas de Gestão de Combustíveis

7.2 - Pedido de Parecer Prévio Vinculativo - Transporte Escolar Circuito do Centro Escolar de Santa Margarida - Ano Letivo 2015/16 -----

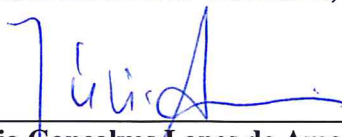
8. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

9. APROVAÇÃO EM MINUTA -----

10. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Constância, 2 de julho de 2015

A PRESIDENTE DA CÂMARA,



(Júlia Maria Gonçalves/Lopes de Amorim)



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Presidente, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores: António Luís Fernandes Mendes, Daniel Freire da Encarnação Martins, Natércio Francisco Canelhas Candeias e Arsénio de Oliveira Cristóvão. -----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica; Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. -----

Verificando-se quórum, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas. -

Aprovação das atas das reuniões anteriores: - Foram presentes as atas das reuniões realizadas nos dias 23 de abril de 2015, 07 de maio de 2015 e 21 de maio de 2015, cuja leitura foi dispensada, nos termos do número quatro do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, tendo a ata do dia 23.04.2015, aprovada por unanimidade e as atas dos dias 07.05.2015 e 21.05.2015, aprovadas por maioria com uma abstenção da Senhora presidente e considerada conforme a minuta previamente elaborada. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Intervenção do Senhor Vereador António Luís Fernandes Mendes, do Partido Socialista: “1- Próximo da Capareira existe um depósito de gás doméstico. Tenho verificado que andam a fazer alguns trabalhos no mesmo, gostaria de saber se teve alguma implicação no fornecimento.-----

2- Gostaria de saber se o Senhor Vereador Arsénio tem conhecimento sobre o que se passa com os cães vadios em Vale de Mestre. Alguns habitantes informaram que a Câmara tinha transmitido que não tinha meios para os capturar.-----

3- O Sistema de som na Assembleia Municipal não se encontra nas melhores condições, devemos fazer um esforço para que este problema seja rapidamente resolvido, de forma a dignificar aquele órgão.-----

4- Gostaria de saber em que momento é que o Executivo tem conhecimento dos resultados dos procedimentos concursais.-----

5- Os Vereadores do Partido Socialista em tempos pediram cópia do protocolo entre a Câmara Municipal e a Empresa URBREIS-Sociedade de Investimentos Imobiliários, Lda., solicitamos mais uma vez a referida cópia.-----

6- Gostaria de saber se já têm alguma informação sobre o resultado das análises feitas à cobertura da antiga Escola Primária de Constância.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

7- Verifica-se que o atraso no pagamento das senhas de presença é superior a cento e cinquenta dias”.-----

Intervenção da Senhora Presidente: “Tomei boa nota e irei diligenciar no sentido de solucionar as situações expostas”.-----

Intervenção do Senhor Vereador Arsénio de Oliveira Cristóvão, da CDU: “Relativamente aos cães abandonados, a Câmara contactou de imediato o veterinário que já procedeu à captura dos referidos cães. No entanto, não foi possível capturar a cadela, estando a fazer-se todos os esforços possíveis para que a mesma seja apanhada, de forma a resolver esta situação”.-----

Intervenção do Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos: “Foi comunicado à Câmara Municipal que iriam efetuar a substituição do reservatório de gás. Não tenho conhecimento de qualquer reclamação de falta de gás doméstico durante aquela operação.----

O relatório de caracterização da exposição a fibras de amianto foi entregue no passado dia 30 de junho depois de efetuada a medição in loco em três pontos distintos e após o seu estudo em laboratório, tendo-se concluído o seguinte:-----

O valor limite de exposição (VLE) estabelecido pelo artigo 4º do Decreto-Lei N.º 266/2007 é de 0,1 fibras/cm³ de amianto. O valor determinado em qualquer um dos locais que foi objeto de medida, foi sempre inferior a 0,01 fibras/cm³, o que significa que o valor encontrado (inferior a 0,01 fibras/cm³) é inferior no mínimo a 10 vezes o valor limite (VLE) previsto na legislação em vigor.-----

Igual procedimento será entretanto efetuado para os edifícios localizados no armazém de Vale de Mestre, com o objetivo de termos conhecimento qual o valor de fibras de amianto/cm³ naqueles locais e se porventura for em alguma situação igual ou superior ao VLE, serão tomadas medidas corretivas que a acontecer serão ponderadas caso a caso, em função da estrutura de suporte da cobertura do edifício que eventualmente estiver em causa e do seu tipo de utilização”.-----

Intervenção do Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista: “1- Há quinze dias atrás não estava colocada a placa “WC Homens” nos sanitários públicos.-----

2 – Na última Assembleia Municipal, não achei correto, em termos de formalidade, o facto de o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ser porta voz da funcionária da Tesouraria relativamente à forma de pagamento das senhas de presença. -----

3- Deverá ser equacionada a colocação de uma passadeira na Estrada Nacional 3 junto à passagem superior.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

4- No Boletim Informativo da Câmara Municipal vem um artigo do Senhor Rui Ferreira, vogal da bancada da CDU na Assembleia Municipal, no qual faz um juízo de votação na referida Assembleia. Acho que é de mau tom e deverá haver algum cuidado na forma como se escreve”.-----

Intervenção da Senhora Presidente: “Relativamente ao Boletim Municipal tomei boa nota. Contudo penso que sendo um texto de uma força política com assento na assembleia municipal é difícil que o mesmo não seja politizado. No entanto de futuro terei atenção à recomendação”.-----

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

ORDEM DO DIA

1. EXPEDIENTE

1.1 - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO - NOVO REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS (LEI 52/2015 DE 9 DE JUNHO): E-mail datado de 16 de junho de 2015, informando que foi publicado o novo regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, conferindo novas atribuições aos Municípios e Comunidades Intermunicipais. -----

2. PESSOAL

2.1 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2015 – RATIFICAÇÃO -----

INFORMAÇÃO: “Considerando que: -----

1. É da competência da Assembleia Municipal a aprovação do mapa de pessoal, nos termos do n.º 4 do art. 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; -----
2. Se verificou que as competências para a função de motorista/manobrador de máquinas não constavam detalhadas no anexo ao mapa de pessoal; -----
3. Se verifica a necessidade de desenvolver um procedimento concursal para assistente operacional para desenvolver funções de motorista/manobrador de máquinas; -----
4. Que, por questões de organização de serviços, é conveniente que os trabalhadores com as funções referidas exerçam funções no núcleo de transportes, trânsito e comunicações da divisão municipal de serviços técnicos; -----

É necessário promover alteração ao mapa de pessoal para 2015 nos seguintes termos: -----

1. Transferência do lugar a prover previsto no “núcleo de obras por administração direta” para o “núcleo de transportes, trânsito e comunicações”; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

2. Transferência do lugar ocupado no “núcleo de obras por administração direta” por trabalhador com funções de motorista para o “núcleo de transportes, trânsito e comunicações”; -----
3. Inclusão das seguintes competências específicas no anexo ao mapa de pessoal para a função de assistente operacional no referido núcleo (DMST-NTTC-01): -----
 - a. Conduzir veículos automóveis pesados de mercadorias; -----
 - b. Assegurar o transporte e distribuição de materiais e equipamentos às obras em curso; -----
 - c. Assegurar a logística de distribuição de transportes; -----
 - d. Conduzir e manobrar máquinas, designadamente retroescavadoras, cilindros, tratores, veículos de limpeza urbana, etc. -----

Face ao exposto, propõe-se que: -----

1. A Câmara Municipal delibere aprovar a proposta de alteração ao mapa de pessoal de 2015. -----
2. A Câmara Municipal delibere submeter a referida proposta de alteração à Assembleia Municipal para aprovação.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar a proposta de alteração ao mapa de Pessoal para o ano de 2015. -----

2.2 - ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, PARA OCUPAÇÃO DE POSTO DE TRABALHO EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS, A CANDIDATOS SEM RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – RATIFICAÇÃO -----

INFORMAÇÃO: “O mapa de pessoal para 2015 do Município de Constância, caso seja aprovada a proposta de alteração ao mapa pela Assembleia Municipal, contempla um lugar a prover para assistente operacional no núcleo de transportes, trânsito e comunicações da divisão municipal de serviços técnicos. As competências a desenvolver são as previstas no anexo ao mapa de pessoal – DMST-NTTC-01. -----

Considerando que: -----

1. O Orçamento de Estado de 2015 (OE 2015), aprovado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, não permite às autarquias locais a abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida (n.º 1 do art.º 47.º do OE 2015); -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

2. Tal possibilidade poderá ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais, devidamente fundamentadas, e carece de aprovação por parte do órgão deliberativo, de acordo com o previsto n.º 2 do art.º 64.º do OE 2015, conjugado com as alíneas b) e d) do n.º 2 do art.º 47.º do referido diploma; -----
 3. A admissão de candidatos que não possuam um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida ocorrerá apenas no caso de se verificar a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente constituída ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade (alínea b) do n.º 2 do art.º 47.º do OE 2015); -----
 4. O dever de reporte de informação é pontual e integralmente cumprido (alínea d) do n.º 2 do art.º 47.º do OE 2015); -----
 5. É manifestamente imprescindível o recrutamento de trabalhador para desenvolver as funções submetidas a procedimento concursal, atendendo à carência de recursos humanos no sector de atividade e às exigências legais inerentes à prestação do serviço público (alínea a) do n.º 2 do art.º 64.º do OE 2015); -----
 6. Os encargos com o recrutamento em causa estão previstos no orçamento municipal (alínea b) do n.º 2 do art.º 64.º do OE 2015). -----
 7. A referida contratação não põe em causa o cumprimento dos limites de despesa com pessoal previstos no art. 62.º do OE 2015. -----
- Propõe-se que: -----
1. Que se submeta à aprovação da câmara municipal, nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de Setembro, a abertura de procedimento concursal comum para a ocupação de 1 (um) posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o desenvolvimento das atividades correspondentes ao respetivo conteúdo funcional, em conformidade com o previsto no mapa de pessoal aprovado, para a categoria de assistente operacional. -----
 2. Que o Júri do procedimento seja composto da seguinte forma: Presidente - Jorge Heitor, chefe da divisão municipal de serviços técnicos; Vogais efetivos – Marisa Figueiredo, Chefe da divisão municipal administrativa e financeira, Sérgio Correia, técnico superior, substituindo o primeiro dos quais o presidente nas suas faltas e impedimentos; Vogais Suplentes: Manuela Lopes, técnica superior e Helena Calhau, técnica superior. -----
 3. Que, por força do n.º 2 do art.º 64.º, conjugado com o n.º 2 do art. 47.º, ambos previstos no OE 2015, se submeta à aprovação da Assembleia Municipal que, caso o



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

procedimento não se esgote numa primeira fase com trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, que se encontrem em qualquer das situações previstas no art. 30.º e art. 35º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, deverá prosseguir o procedimento para uma segunda fase, procedendo-se ao recrutamento a partir de candidatos sem relação jurídica de emprego público ou trabalhadores de qualquer órgão ou serviço, que se encontrem em qualquer das seguintes situações constantes no n.º 4 do art.º 30.º e alínea d) do n.º 1 do art.º 35.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. -----

Tal proposta sustenta-se nos princípios constitucionais da economia, eficácia e eficiência da gestão da administração pública. O número máximo de trabalhadores a recrutar nestas circunstâncias deve respeitar o limite previsto no procedimento concursal respetivo.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar a abertura do Procedimento Concursal Comum. -----

-----3. EDUCAÇÃO E ENSINO-----

3.1 - JOANA RITA REIS VIEIRA - REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “Na sequência do pedido de estágio formulado por JOANA RITA REIS VIEIRA no sentido de obter a inscrição na Ordem dos Engenheiros Técnicos, conforme anexo, e considerando que a formação em causa poderá ser uma mais valia, tanto para a Joana Vieira, como para a Câmara Municipal Constância, e ainda assumindo que a Autarquia não irá ter quaisquer custos diretos com o acolhimento deste projeto durante 6 meses, proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de aceitar o desenvolvimento do estágio durante 6 meses. -----

Mais informo que, caso a deliberação tomada seja no sentido positivo, o acompanhamento do estágio terá que ser feito por um(a) Engenheiro(a) inscrito na Ordem.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aceitar a realização do estágio. -----

-----4. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL-----

4.1 - MARIA TERESA VIEGAS BENTO - RECÁLCULO DE VALOR DA RENDA

INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “No seguimento do requerimento apresentado pela arrendatária supra identificada e da informação técnica n.º 7/2015, juntos em anexo, propõe-se, tendo em conta o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a redução do valor da renda de 50,99 € para 24,36 €.” -----

INFORMAÇÃO: “Considerando o requerimento apresentado pela arrendatária, rececionado a 19 de junho, no qual solicita a redução da renda do fogo, sito em Rua Nossa Senhora dos



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

Mártires, Lote 9, R/C. Esq., 2250-021 Constância, aprez informar que a 22 de junho foi realizada visita domiciliária, apurando-se o seguinte: -----

- A arrendatária, de 78 anos, visivelmente com dificuldades de locomoção, reside com o seu filho, Luís Bento, de 53 anos, que se encontra desempregado, não auferindo quaisquer rendimentos. Há relativamente pouco tempo, faleceu o seu filho Carlos Bento, vítima de doença oncológica, verificando-se, desde então, uma redução substancial dos rendimentos mensais. -----
- Dado o elevado grau de dependência da idosa, todas as atividades básicas da vida diária são apoiadas pelo seu filho, principal e único cuidador. -----
- No que concerne às condições habitacionais, a casa apresentava-se bem conservada, limpa e arrumada. -----
- Ao nível da alimentação, o agregado beneficia de cantina social. -----
- Rendimentos e despesas mensais apuradas: -----
392,95 € (pensão de sobrevivência+ duodécimos+ complemento por dependência de 1.º grau) -----

Renda: 50,99 € -----

Despesas de eletricidade: 56,40 € (aproximadamente) -----

Despesas de gás: 18,23 € (aproximadamente) -----

Despesas de água: 19,42 € (aproximadamente) -----

Despesas de telecomunicações: 36,76 € (aproximadamente) -----

Farmácia: 20,00 (aproximadamente) -----

Desta forma, o **rendimento per capita** do agregado familiar perfaz **95,58 €**. -----

Face ao exposto, segue, em anexo recálculo da renda (24,36 €), tendo em conta o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, ainda em vigor neste Município. A título informativo, anexa-se, ainda, o recálculo (19,66 €) efetuado à luz do novo regime de arrendamento apoiado (Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro). Note-se que ainda não existem posições e aplicações consolidadas em relação ao novo normativo, pelo que, neste período de transição, em que não há obrigatoriedade de aplicação da nova lei, sugere-se ser respeitada a lei em vigor.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a redução do valor da renda. -----

-----5. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES-----

5.1 - OS QUATRO CANTOS DO CISNE - APOIO PARA A FESTA RURAL 2015 -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR ARSÉNIO CRISTÓVÃO: “Na sequência do pedido formulado pelos Quatro Cantos do Cisne, propõe-se que a deliberação seja ceder a título de



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

empréstimo os materiais solicitados de apoio logístico para a Festa Rural 2015 na Pereira, nomeadamente: -----

- Mesas desmontáveis; -----
- Cinco bancas (Pomonas); -----
- Ferros de 6 a 8 metros e respetivas bases; -----
- Sinais de trânsito para corte de estrada; -----
- Cedência e instalação de estrados para o dancing (para a montagem do mesmo a autarquia apenas dispensará um ou dois trabalhadores, ficando da responsabilidade dos QCC o restante); -----
- Contentores para o lixo, verdes grandes e pretos redondos; -----
- Limpeza da fossa dos sanitários em todos os dias do fim de semana; -----
- Grades para divisão e corte de estrada.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, ceder a título de empréstimo os materiais solicitados.

-----6. SUBSÍDIOS E PARTICIPAÇÕES-----

6.1 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CONSTÂNCIA - SUBSÍDIO PARA PAGAMENTO DE TRANSPORTE -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “Considerando a situação relatada pela subdiretora do Agrupamento Escolas de Constância, em anexo, quanto à indisponibilidade logística da CMC, concretamente de Motorista para responder ao pedido que nos tinha sido endereçado, para que os alunos do 10º ano pudessem estar presentes na apresentação da ideia inovadora de âmbito social com o título “TOMEM LÁ DO CAMÕES” (Teatro de Rua) na Final Regional do projeto INOVA que se realizou IPDJ do Oriente (Lisboa), proponho que a Câmara Municipal de Constância assuma o valor total da despesa com o aluguer do transporte.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, conceder um subsídio para pagamento de transporte. -

-----7. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

7.1 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - EXECUÇÃO DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS -----

INFORMAÇÃO: “De harmonia com o previsto no art. 75.º da lei do orçamento de estado de 2015, aprovada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgão e serviço abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei geral do trabalho em funções públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua versão atualizada) carece de parecer prévio vinculativo, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença; -----

b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica. -----

O n.º 12 do referido artigo atribui a competência para a emissão do parecer prévio vinculativo ao órgão executivo e determina que os termos e tramitação do mesmo seriam regulados pela portaria a que se refere o art. 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua versão atualizada. -----

Depois de um longo período de ausência de regulamentação, foi recentemente publicada a Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, determinando no n.º 2 do seu art. 3.º que a emissão do parecer prévio favorável depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos: -----

a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Existência de cabimento orçamental; -----

c) Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável; -----

d) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos números 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do art. 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto ou contraparte. --

Face ao exposto, coloca-se à consideração superior submeter a deliberação do órgão executivo, no âmbito da competência conferida no n.º 12 da lei do orçamento de estado de 2015, conjugado com o n.º 1 do art. 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, as aquisições de serviços mencionadas nos documentos em referência.” -----

PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – 13/2015 -----

| | |
|---|---|
| 1 | IDENTIFICAÇÃO DA U.O. /SERVIÇO |
| | DIVISÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA |

| | |
|-----|---|
| 2 | PROCEDIMENTO |
| 2.1 | Tipo: AJUSTE DIRETO REGIME NORMAL, COM CONVITE A UMA ENTIDADE |
| 2.2 | Proc.: - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS “EXECUÇÃO DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS”. |

| | |
|---|---|
| 3 | CARATERIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL |
|---|---|



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

| | |
|-----|---|
| 3.1 | <input checked="" type="checkbox"/> Nova contratação Modalidade: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS |
| | <input type="checkbox"/> Renovação de contrato Data do contrato a renovar: ____/____/____ Proc. n.º ____/____ |
| 3.2 | Descrição do objeto contratual: - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS “EXECUÇÃO DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS”. |
| 3.3 | Prazo de contratação: A DEFINIR. |
| 3.4 | O contrato proposto tem <u>idêntico objeto</u> de contrato vigente em 2014? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |

| | |
|-----|---|
| 4 | CARATERIZAÇÃO DA CONTRAPARTE (ENTIDADES A CONVIDAR) |
| 4.1 | - OLIVEIRA & MARQUES, LDA NIF: 503772518 |
| 4.2 | O contrato proposto integra a <u>mesma contraparte</u> de contrato vigente em 2014? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |

| | |
|-----|---|
| 5 | CONTRATAÇÃO EXTERNA |
| 5.1 | Fundamentação da <u>ausência de subordinação jurídica</u> em resultado do contrato e da inconveniência de recurso a qualquer modalidade jurídica de emprego público: - EM CONFORMIDADE COM O TEOR DA INFORMAÇÃO N.º 35/2015 DO SMPC/GTF. |
| 5.2 | Prova de <u>inexistência de pessoal em SME</u> apto para o exercício das funções: |

| | |
|-----|--|
| 6 | DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO REMUNERATÓRIA COM REFERÊNCIA A CONTRATO COM IDÊNTICO OBJETO E/OU CONTRAPARTE VIGENTE EM 2014 (caso tenha existido) |
| 6.1 | Valor do contrato anterior:4.346,00 € (IVA INCLUIDO) <input checked="" type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Unitário <input type="checkbox"/> Outro |
| 6.2 | Valor do contrato proposto:6.600,00 (IVA A <input checked="" type="checkbox"/> Global |

Handwritten signature



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

| | | |
|-----|--|--|
| | INCLUIR) | <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Unitário <input type="checkbox"/> Outro |
| 6.3 | <input checked="" type="checkbox"/> Redução remuneratória a aplicar: <input type="checkbox"/> Redução remuneratória aplicada por agregação (aplicável sempre que em 2015 a mesma contrapartida preste mais de um serviço à C. M.) | € 660,00 € Taxa: 10 % Taxa: ____ % |
| 6.4 | Justificação (com os cálculos respetivos) para a variação sempre que a prova da dedução não resulte diretamente dos valores referidos em 6.1, 6.2 ou 6.3: | |

| | | |
|-----|---|--|
| 7 | FUNDAMENTO DA NÃO SUJEIÇÃO A REDUÇÃO REMUNERATÓRIA | |
| 7.1 | <input type="checkbox"/> O contrato não atinge o valor mínimo de 1.500,00 €/mês, pelo que, e em virtude de ser um contrato em regime de avença, e ao abrigo do preceituado no n.º 4 do art.º 75º da Lei 82/B/2014 de 31 de dezembro de 2014, a redução remuneratória aplica-se aos valores a pagar mensalmente. | |
| 7.2 | <input type="checkbox"/> Trata-se de renovação de contrato anterior cuja celebração/renovação já foi objeto da redução e obteve parecer favorável. | |
| 7.3 | <input type="checkbox"/> Se tratar de celebração de contrato anterior cuja celebração já foi, em 2013 e em 2014, objeto das reduções, obteve, nos mesmos anos, parecer favorável, e a quantidade a contratar e o valor a pagar não são superiores aos de 2014. | |
| 7.4 | <input type="checkbox"/> Em 2014 não existe contrato com idêntico objeto conhecido, sendo assim materialmente impossível, por falta de valor de referência, determinar o valor da redução. | |
| 7.5 | <input type="checkbox"/> Outra justificação | |

| | |
|---|---|
| 8 | COMPROMISSOS PLURIANUAIS A contratação está sujeita a autorização para assunção de encargos plurianuais? <input checked="" type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. |
|---|---|

| | |
|---|---|
| 9 | DECLARAÇÃO DE CABIMENTO • Ano em curso - o encargo previsto encontra-se cabimentado: RI 522 . Cl. Orçamental: _____ N.º cabimento: _____ Valor: € _____, 00 • Ano(s) seguinte(s) - encargos previstos para o(s): . 2016 Valor: € _____, 00 . 2017 Valor: € _____, ____ • Encargo total previsto Valor: € _____, 00 |
|---|---|



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

O Responsável pela Contabilidade _____

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o parecer prévio vinculativo. -----

7.2 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - TRANSPORTE ESCOLAR CIRCUITO DO CENTRO ESCOLAR DE SANTA MARGARIDA - ANO LECTIVO 2015/16 -----

INFORMAÇÃO: “De harmonia com o previsto no art. 75.º da lei do orçamento de estado de 2015, aprovada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgão e serviço abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei geral do trabalho em funções públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua versão atualizada) carece de parecer prévio vinculativo, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a: -----

c) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença; -----

d) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica. -----

O n.º 12 do referido artigo atribui a competência para a emissão do parecer prévio vinculativo ao órgão executivo e determina que os termos e tramitação do mesmo seriam regulados pela portaria a que se refere o art. 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua versão atualizada. -----

Depois de um longo período de ausência de regulamentação, foi recentemente publicada a Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, determinando no n.º 2 do seu art. 3.º que a emissão do parecer prévio favorável depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos: -----

e) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

f) Existência de cabimento orçamental; -----

g) Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável; -----

h) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos números 1, 2, 3, 4, 9



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

e 10 do art. 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto ou contraparte. -- Face ao exposto, coloca-se à consideração superior submeter a deliberação do órgão executivo, no âmbito da competência conferida no n.º 12 da lei do orçamento de estado de 2015, conjugado com o n.º 1 do art. 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, as aquisições de serviços mencionadas nos documentos em referência.” -----

PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – 14/2015 -----

| | |
|---|---|
| 1 | IDENTIFICAÇÃO DA U.O. /SERVIÇO |
| | DIVISÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA |

| | |
|-----|---|
| 2 | PROCEDIMENTO |
| 2.1 | Tipo: AJUSTE DIRETO REGIME NORMAL, COM CONVITE A DUAS ENTIDADES |
| 2.2 | Proc.: - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS “TRANSPORTE ESCOLAR CIRCUITO CENTRO ESCOLAR DE SANTA MARGARIDA” |

| | |
|-----|---|
| 3 | CARATERIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL |
| | <input checked="" type="checkbox"/> Nova contratação Modalidade: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS |
| 3.1 | <input type="checkbox"/> Renovação de contrato Data do contrato a renovar: ____/____/____ Proc. n.º ____/____ |
| 3.2 | Descrição do objeto contratual: - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS “TRANSPORTE ESCOLAR CIRCUITO CENTRO ESCOLAR DE SANTA MARGARIDA” |
| 3.3 | Prazo de contratação: ANO LETIVO 2015/2016 |
| 3.4 | O contrato proposto tem <u>idêntico objeto</u> de contrato vigente em 2014? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |

| | |
|-----|--|
| 4 | CARATERIZAÇÃO DA CONTRAPARTE (ENTIDADES A CONVIDAR) |
| 4.1 | - RDTUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS ALUGUER DE AUTOCARROS NIF: 509746730 - RODOVIÁRIA DO TEJO, SA NIF: 502513900 |
| 2 | O contrato proposto integra a <u>mesma contraparte</u> de contrato vigente em 2014? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

| | |
|-----|---|
| 5 | CONTRATAÇÃO EXTERNA |
| 5.1 | Fundamentação da ausência de subordinação jurídica em resultado do contrato e da inconveniência de recurso a qualquer modalidade jurídica de emprego público: - EM CONFORMIDADE COM O TEOR DA INFORMAÇÃO Nº 36/2015 DO GASSE. |
| 5.2 | Prova de <u>inexistência de pessoal em SME</u> apto para o exercício das funções: |

| | |
|-----|---|
| 6 | DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO REMUNERATÓRIA COM REFERÊNCIA A CONTRATO COM IDÊNTICO OBJETO E/OU CONTRAPARTE VIGENTE EM 2014 (caso tenha existido) |
| 6.1 | Valor do contrato 2013/2014:110,00 € (IVA A INCLUIR) <input type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Mensal Valor do contrato 2014/2015: 78,9976 € (IVA A INCLUIR) <input type="checkbox"/> Unitário <input checked="" type="checkbox"/> Outro (DIA) |
| 6.2 | Valor do preço base proposto:94,4988 € (IVA A INCLUIR) <input type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Unitário <input checked="" type="checkbox"/> Outro (DIA) |
| 6.3 | <input checked="" type="checkbox"/> Redução remuneratória a aplicar: Taxa: 10 % sobre a proposta adjudicada <input type="checkbox"/> Redução remuneratória aplicada por agregação (aplicável sempre que em 2015 a mesma contrapart € _____, Taxa: ____% preste mais de um serviço à C. M.) |
| 6.4 | Justificação (com os cálculos respetivos) para a variação sempre que a prova da dedução não resulte diretamente dos valores referidos em 6.1, 6.2 ou 6.3: |

| | |
|-----|---|
| 7 | FUNDAMENTO DA NÃO SUJEIÇÃO A REDUÇÃO REMUNERATÓRIA |
| 7.1 | <input type="checkbox"/> O contrato não atinge o valor mínimo de 1.500,00 €/mês, pelo que, e em virtude de ser um contrato em regime de avença, e ao abrigo do preceituado no nº 4 do artº 75º da Lei 82/B/2014 de 31 de dezembro de 2014, a redução remuneratória aplica-se aos valores a pagar mensalmente. |
| 7.2 | <input type="checkbox"/> Trata-se de <u>renovação</u> de contrato anterior cuja celebração/renovação já foi objeto da redução e obteve parecer favorável. |
| 7.3 | <input type="checkbox"/> Se tratar de <u>celebração</u> de contrato anterior cuja celebração já foi, em 2013 e em 2014, objeto das reduções, obteve, nos mesmos anos, parecer favorável, e a quantidade a contratar e o valor a pagar não são superiores aos de 2014. |

Handwritten signature



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

| | |
|-----|---|
| 7.4 | <input type="checkbox"/> Em 2014 não existe contrato com idêntico objeto conhecido, sendo assim materialmente impossível, por falta de valor de referência, determinar o valor da redução. |
| 7.5 | <input type="checkbox"/> Outra justificação |

| | |
|---|--|
| 8 | COMPROMISSOS PLURIANUAIS |
| | A contratação está sujeita a autorização para assunção de encargos plurianuais? <input type="checkbox"/> Não. <input checked="" type="checkbox"/> Sim. |

| | |
|---|---|
| 9 | DECLARAÇÃO DE CABIMENTO |
| | • Ano em curso - o encargo previsto encontra-se cabimentado: RI 613. Cl. Orçamental: ____ N.º cabimento: ____ Valor: € ____, 00 |
| | • Ano(s) seguinte(s) - encargos previstos para o(s): . 2016 Valor: € ____, 00 . 2017 Valor: € ____, ____ |
| | • Encargo total previsto Valor: € ____, 00 |
| | O Responsável pela Contabilidade _____ |

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o parecer prévio vinculativo. -----

-----8. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Não se registou nenhuma intervenção do público. -----

-----9. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----

-----10. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

E não havendo mais nada a tratar a Senhora Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezassete horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pela Excelentíssima Senhora Presidente e por mim *Luísa Silveira*, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 14/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02-07-2015

artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

A Presidente da Câmara,

A Coordenadora Técnica,
